

SUMÁRIO

I – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E GENERALIDADES DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA

1. Introdução	19
2. A dívida ativa da Fazenda Pública	25
3. Espécies de dívida ativa da Fazenda Pública	32
4. Os requisitos e o momento da constituição da dívida ativa	35
5. Conceito de Fazenda Pública e de Fazenda Nacional	37
6. A extensão de privilégios às autarquias e às fundações públicas.....	39
7. Empresa pública, a sociedade de economia mista e a cobrança de seus créditos	42

II – DA INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

1. Acertamento da obrigação tributária e da não tributária.....	46
2. Procedimento administrativo de apuração	48
3. Lançamento do crédito tributário e do não tributário.....	54
4. Procedimento administrativo de impugnação do lançamento	66
5. Certeza e liquidez da obrigação tributária e não tributária	72
6. Vencimento e exigibilidade da obrigação tributária e não tributária.....	73
7. Conceito de inscrição da dívida ativa	75
8. O termo de inscrição da dívida ativa	81
9. Efeitos da inscrição da dívida ativa.....	83
10. Requisitos essenciais da inscrição da dívida ativa	87
11. Presunções da dívida ativa inscrita	98
12. Inscrição da dívida ativa por órgão incompetente	101
13. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN	103

III – DA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA

1. Conceito de certidão da dívida ativa.....	117
2. Requisitos da certidão da dívida ativa	119

3. A identificação e o domicílio ou residência do devedor inadimplente e do responsável pela dívida ativa.....	121
4. A quantia objeto da certidão.....	163
5. Origem e natureza do crédito da Fazenda Pública.....	167
6. Disposição legal específica.....	170
7. Caracterização da inscrição e do procedimento administrativo.....	172
8. Acréscimos e encargos da dívida ativa.....	174
9. Parcelamento da dívida ativa autorizado por lei.....	183
10. Substituição e emenda da certidão da dívida ativa.....	201

IV – DA COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA

1. Conceito e natureza da execução fiscal.....	206
2. Estado de Direito e execução fiscal.....	208
3. O sistema previsto no Decreto-lei 960, de 17.12.1938.....	209
4. A unificação do processo de execução e a execução fiscal.....	211
5. A sistemática da nova execução fiscal (Lei 6.830, de 22.09.1980) e a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	213
6. Inexistência de sentença na execução fiscal.....	220
7. Execução fiscal e coisa julgada.....	221
8. Execução fiscal como espécie de execução por quantia certa.....	225
9. Requisitos da execução fiscal.....	226
10. Título executivo fiscal.....	228
11. Inadimplemento do devedor.....	231
12. Execução fiscal e ação anulatória de débito fiscal.....	234
13. Legitimação ativa e passiva para a execução fiscal.....	238
14. Execução fiscal e juízo universal.....	242
15. A execução fiscal dirigida ao fiador, ao espólio e à massa falida.....	249
16. O responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.....	259
17. Os sucessores a qualquer título.....	266
18. Responsabilidade solidária do administrador judicial e outros administradores.....	269
19. Meação da mulher casada e corresponsabilidade tributária do marido.....	274
20. Ordem de preferência do crédito tributário e não tributário e a extensão de benefícios tributários a toda a dívida ativa.....	278
21. Contribuições previdenciárias.....	282
22. Bens que respondem pelo pagamento da dívida ativa.....	294
23. Responsabilidade dos auxiliares da justiça.....	300
24. Processo administrativo.....	303

V – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Pressupostos processuais e condições da ação	311
2. Da jurisdição e competência.....	312
3. A competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública Federal	324
4. A competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública Estadual, Municipal e do Distrito Federal	331
5. A competência para as ações das autarquias e das fundações públicas	334
6. Da petição inicial, seus requisitos e sua simplificação.....	339
7. Do objeto da execução fiscal	343
8. Dos atos da execução fiscal.....	344
9. Das nulidades da execução fiscal.....	348
10. Não sujeição da petição inicial ao pagamento de taxa judiciária ou preparo	354
11. Acumulação de pedidos ou reunião de execuções	363
12. O valor da causa e sua impugnação	371
13. Intimação dos atos da execução fiscal	378
14. Intimações ao representante processual da Fazenda Pública	383
15. Intervenção do Ministério Público na execução fiscal	386

VI – DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Do ajuizamento e da propositura da ação de execução fiscal.....	388
2. Da distribuição e registro da execução fiscal.....	389
3. Do despacho inicial: efeitos, arbitramento de honorários e indeferimento da inicial.....	393
4. Da citação do devedor	403
5. Finalidade e conteúdo da citação na execução fiscal.....	407
6. Da citação postal.....	409
7. Frustração da citação postal	417
8. Citação por edital.....	422
9. Curador especial ao devedor citado por edital	425
10. Arresto e citação por edital.....	427
11. Frustração da citação por edital.....	433
12. Da prescrição, sua interrupção e sua suspensão.....	438
13. Da prescrição intercorrente.....	448
14. Dispensa da citação.....	455
15. Do executado não encontrado e sem bens penhoráveis	456

VII – DA PENHORA NA EXECUÇÃO FISCAL

1. Penhora ou garantia da execução fiscal.....	464
2. Penhora pelo valor da dívida, juros, multa de mora e encargos indicados na certidão da dívida ativa.....	469
3. Dos depósitos judiciais em dinheiro.....	473
4. Fiança bancária.....	477
5. Nomeação de bens à penhora.....	479
6. Indicação de bens oferecidos por terceiros.....	484
7. Penhora pelo oficial de justiça.....	486
8. Bens impenhoráveis.....	488
9. Arresto de bens do devedor em lugar incerto e não sabido.....	503
10. Remoção de bens penhorados.....	517
11. Pagamento da parcela da dívida e garantia da execução pelo saldo remanescente.....	524
12. Efeitos da penhora na execução fiscal.....	528
13. Intimação da penhora ao executado na execução fiscal.....	535
14. Intimação do cônjuge do executado.....	543
15. O termo e o auto de penhora.....	548
16. Avaliação dos bens penhorados.....	552
17. Obrigação de a avaliação constar no termo ou auto de penhora.....	560
18. Impugnação e decisão sobre a avaliação.....	562
19. Registro da penhora ou do arresto.....	567
20. Substituição e reforço dos bens penhorados.....	570
21. Alienação antecipada dos bens penhorados.....	580

VIII – DA EXPROPRIAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL ATRAVÉS DA ARREMATAÇÃO

1. Conceito e natureza da expropriação.....	587
2. Conceito de arrematação.....	591
3. Procedimento da arrematação.....	593
4. Intimação das partes.....	595
5. Edital e sua publicação.....	605
6. A praça e o leilão.....	610
7. Regras especiais para a arrematação de imóveis.....	620
8. Auto de arrematação.....	625
9. Desfazimento da arrematação.....	628
10. Incidentes da arrematação.....	636

11. Carta de arrematação	639
12. Dos leilões judiciais nas execuções fiscais da dívida ativa do INSS.....	644

IX – DAS FORMAS DE PAGAMENTO AO EXEQUENTE

1. Do pagamento ao credor.....	646
2. Do pagamento pela entrega de dinheiro	647
3. Do pagamento pelo usufruto de imóvel	657
4. Conceito de adjudicação.....	666
5. Adjudicação no sistema do Código de Processo Civil e adjudicação no regime da Lei 6.830, de 22.09.1980	670
6. Adjudicação antes do leilão	673
7. Adjudicação após o leilão	677
8. Adjudicação por preço superior ao crédito exequendo.....	679
9. O auto e a carta de adjudicação	681
10. Da alienação por iniciativa particular	684

X – DA REMIÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL

1. Conceito de remição	688
2. Espécies de remição	691
3. Remição na execução.....	693
4. Remição de bens de devedor	702
5. Remição no processo de execução fiscal	713

XI – DOS EMBARGOS DO DEVEDOR À EXECUÇÃO

1. Meios de defesa do executado	718
2. Conceito e natureza dos embargos do devedor	722
3. Contagem do prazo dos embargos.....	732
4. A petição dos embargos do executado.....	739
5. Autuação dos embargos do devedor	745
6. Matéria a ser discutida nos embargos.....	749
7. Requisitos de admissibilidade dos embargos.....	756
8. Rejeição preliminar dos embargos à execução.....	758
9. Efeitos dos embargos do devedor à execução fiscal.....	762
10. Requerimento de prova nos embargos.....	766
11. A reconvenção e a compensação nos embargos.....	768
12. As exceções.....	773
13. Procedimento dos embargos: impugnação, instrução e julgamento	777

14. Julgamento antecipado da lide nos embargos.....	784
15. Efeitos do julgamento dos embargos à execução.....	788

XII – DOS EMBARGOS DO EXECUTADO À ARREMATACÃO, DOS EMBARGOS DO EXECUTADO À ALIENAÇÃO, DOS EMBARGOS DO EXECUTADO À ADJUDICAÇÃO E DA IMPUGNAÇÃO DE CONCORRENTE AO PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO

1. Generalidades	791
2. Matéria dos embargos à arrematação, à alienação e à adjudicação.....	796
3. Da impugnação de concorrente ao pedido de adjudicação	800
4. Processo dos embargos	802
5. Ineficácia da arrematação, da alienação ou da adjudicação realizada por credor ou terceiros, sem direito legal de preferência, frente a processo de execução fiscal com penhora sobre o mesmo bem.....	805

XIII – DOS EMBARGOS DO DEVEDOR NA EXECUÇÃO POR CARTA PRECATÓRIA

1. Juízo do foro da situação da coisa	808
2. Procedimento dos embargos.....	816
3. Arguição de questões preliminares e de mérito perante o juízo deprecado	818

XIV – DOS EMBARGOS DE TERCEIRO NA EXECUÇÃO FISCAL

1. Generalidades sobre embargos de terceiro.....	823
2. Das partes nos embargos de terceiro.....	828
3. Juízo competente	845
4. Do procedimento dos embargos de terceiro	848

XV – DOS RECURSOS CABÍVEIS NA EXECUÇÃO FISCAL

1. Dos recursos em geral.....	861
2. Decisões recorríveis no processo de execução.....	864
3. Recurso cabível contra indeferimento da petição inicial	865
4. Outras sentenças apeláveis no processo de execução.....	870
5. Cabimento do agravo de instrumento no processo de execução.....	875
6. Embargos de declaração, embargos infringentes, recurso especial e recurso extraordinário no processo de execução	880
7. Recursos no processo de embargos do devedor e de terceiros e o valor da execução.....	887

8. Agravo de instrumento em causas de alçada	892
9. Do duplo grau de jurisdição e reexame necessário em causa de alçada	894
10. Apelação nos embargos do devedor e de terceiros.....	897
11. Embargos de declaração	898
12. Embargos infringentes nas execuções de até cinquenta ORTN's.....	898
13. Recurso especial e recurso extraordinário	901
14. Recurso contra cálculo de atualização de débito	902
15. Autorização legal para o conformismo e desistência da Fazenda Pública Federal em qualquer fase da execução fiscal	903
16. Súmulas vinculantes	904

XVI – DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Causas que justificam a suspensão	908
2. A exegese jurisprudencial do art. 40 da Lei de Execução Fiscal	912
3. Morte ou perda da capacidade processual	920
4. Oposição de exceção de incompetência, suspeição e impedimento do juízo.....	925
5. Convenção das partes da execução fiscal	927
6. Suspensão da execução por embargos do executado e por embargos de terceiro...	928
7. Efeitos da suspensão da execução	933

XVII – DA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL

1. Extinção da execução: generalidades	935
2. Causas de extinção da execução fiscal.....	937
3. Satisfação da obrigação fiscal.....	940
4. Transação da dívida	942
5. Cancelamento da inscrição da dívida ativa e desistência da execução fiscal.....	945
6. Renúncia ao crédito: remissão e anistia fiscal.....	952
7. Declaração da extinção da execução fiscal	955

XVIII – DA AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITOS FISCAIS, DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

1. Ação anulatória de débitos fiscais.....	958
2. Medida cautelar fiscal	966
3. Procedimento da medida cautelar fiscal	968
4. Exceção de pré-executividade	972

BIBLIOGRAFIA	983
--------------------	-----